

Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil

ANALIA FARIAS VALE*
LUÍS CRUZ LIMA"
MARIA GEOVANÍ BONFIM*"

A história do Brasil está fortemente marcada pelo fenômeno da migração, inicialmente, pelo fator colonização e, mais recentemente, pelo deslocamento interno, em que cada ciclo econômico trouxe consigo um fluxo migratório. A partir de 1930, as migrações internas começaram a desempenhar um papel de destaque na recomposição espacial da população.

Os movimentos migratórios têm sido abordados, sobretudo, em análises de tipo demográfico, com objetivo central de quantificar o volume, a origem e o destino das migrações e de desenvolver procedimentos metodológicos para realizar as respectivas quantificações. Portanto, é indispensável a elaboração de um conjunto de hipóteses de trabalho que relacionem, sob um ponto de vista estrutural, os volumes migratórios ao grau e ao tipo de desenvolvimento da área analisada e que contemplem as ilustrações ocorridas na economia e as desigualdades regionais. Isto permitiria analisar os volumes migratórios em relação às características contextuais da área estudada, tanto no momento atual como numa perspectiva histórica, com o objetivo de explicar o "porquê" das variações ocorrido temporal e espacialmente.

A distância percorrida pelos migrantes é um conceito relativo pois, ao se trabalhar com unidades estaduais que têm extensões diferentes, não é possível admitir a mesma como medida estatística do fenômeno, pois a distância depende do preço do transporte e do tempo requerido para cobri-la: Isto significa que, com a ampliação dos meios* de comunicação e de circulação, há mais facilidades para os movimentos migratórios; a distância torna-se, então, menos importante como conceito analítico. Deve-se, também, considerar os diferentes tipos de migração.

São necessárias pesquisas que fomentem elementos para estabelecer quais os tipos de migrações que predominam em determinada região: rural-rural, urbano-urbano ou rural-urbano. É possível que prevaleçam, para cada um desses tipos, causas e consequências próprias, isto é, deve haver causas e consequências agregadas às características estruturais da região que condicionam os fluxos migratórios.

O número de migrantes, de década a década, aumenta em ritmo muito maior

*Mestre em Geografia, Professora de Ensino Básico da Universidade Federal de Roraima

"Doutor em Geografia, Professor do Mestrado Acadêmico de Geografia da Universidade Estadual do Ceará

""Especialista em Educação Ambiental, Sustentabilidade e Qualidade de Vida, Professora de Ensino Básico da Universidade Federal de Roraima.

que o crescimento da população no Brasil. A tabela 1 comprova essa afirmação. Enquanto a população, na década de 1940-80 aumentou em 189%, o número de migrantes, no mesmo período, aumentou em 1.076%.

A tecnologia desenvolvida nas últimas décadas, a facilidade de trânsito entre os espaços e o aumento da renda per *capita* aumentaram o volume da migração num ritmo mais acelerado do que o número da população, que teve fatores que incentivaram sua redução através dos órgãos públicos, com disseminação em massa do controle da natalidade.

A população se desloca com frequência surpreendente, no entanto, o fenômeno migratório não acontece apenas de uma região para outra (migração inter-regional), mas também no interior de uma mesma região (migração intra-regional). Em linhas gerais, a orientação e a densidade dos fluxos migratórios decorrem basicamente do processo histórico de desenvolvimento.

Estabelece-se o seguinte esquema: o Brasil é país periférico e dependente dos grandes centros econômicos dos países centrais; no interior do país, algumas regiões permanecem em seu papel de depósito de mão-de-obra para os pólos industriais; a região por sua vez, desenvolve o mesmo círculo, mantendo, ao mesmo tempo, áreas desenvolvidas e áreas subdesenvolvidas, umas subordinadas às outras. Repete-se, deste modo, o esquema da dependência que perpassa os países, as regiões e até os próprios municípios. Dependendo dos interesses do capitalismo, os migrantes são deixados ao inteiro abandono ou são, ao mesmo tempo, atraídos e induzidos a fornecer mão-de-obra necessária aos chamados *projetos*.

Tabela 1
Evolução do Número de Migrantes
Brasil: 1940 / 1980 (milhões)

Década	Migração Interna (milhões)	População Brasileira	Migração interna pop. Brasileira %
1940	3,4	41.165.289	8,5
1950	5,2	51.941.767	10,3
1960	12,5	70.070.457	18,2
1970	29,5	93.139.037	31,7
1980	40,0	119.070.865	33,6

Fonte: CEM (Centro de Estudos Migratórios), 1988.

Obs. Nos censos de 1940/50/60 migrante é conceituado como aquele que não reside no Estado onde nasceu. Já nos censos de 70/80, migrante é aquele que não reside no município onde nasceu.

As Trajetórias e os Programas de Incentivo

Para se ter ideia da inter-relação entre crescimento económico regional, política de desenvolvimento e migrações internas é necessário identificar as variações migratórias ocorridas nas últimas décadas, o intervalo entre determinados fluxos, os fatores económicos que a elas se acham ligados e que medidas de política os influenciaram. Quanto ao intervalo, segundo a (ONU,1980: 1,321), pode ser definido (um ano, cinco anos, dez anos, o período intercensitário, etc.) ou indefinido (como, por exemplo, a duração da vida da população residente numa data determinada).

Segundo George Martine¹, a migração, até a década de 80, apresenta quatro características fundamentais: 1. expulsão das áreas tradicionais de migração: Nordeste, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Santa Catarina; 2. migração para o núcleo industrial São Paulo - Rio de Janeiro, a partir de 1930; 3. migração para a fronteira consolidada: Paraná, Maranhão, Goiás e Mato Grosso do Sul - nas décadas de 40, 50 e 60; e 4. migração para a fronteira em expansão: Região Norte, como um todo, e Mato Grosso, com início na década de 70.

Pode-se acrescentar nessa colocação de Martine que, nos últimos anos, segue o roteiro de uma migração de retorno das áreas de fronteira consolidada e uma forte corrente das áreas metropolitanas para as cidades médias.

Dentro do Nordeste, pode-se distinguir cinco roteiros migratórios: o que se dirige às regiões metropolitanas; aquele que é formado pelos trabalhadores que migram atrás das safras agrícolas; o roteiro que toma a direção das cidades médias do interior; os que migram para outras regiões do País, e finalmente, os que migram dentro da própria Região.

Por ser de interesse maior da pesquisa, a Região Nordeste será mais trabalhada no capítulo seguinte, em que se faz um levantamento da historicidade da migração nordestina.

Na Região Sudeste, o número de pessoas que migram dentro da própria Região é superior ao número daqueles que ultrapassam suas fronteiras. Os fatores responsáveis por essa característica são: o grande número de migrantes que se deslocam de Minas Gerais para São Paulo, os que trocam o interior de São Paulo pela metrópole e os que migram de um município para outro dentro do próprio Estado.

Em décadas anteriores a 1970, na Região Sul, havia forte migração intra-regional, devido à ocupação da fronteira agrícola do Paraná, que atraiu colonos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A partir de 1980, a Região começa a expulsar, sendo o Paraná novamente o principal responsável, mas, dentro da própria Região, permanece uma forte migração, que se dirige às áreas metropolitanas e às cidades médias do interior desses Estados.

1 Estas características estão baseadas na classificação feita por George Martine em "*Tendências gerais do movimento migratório no Brasil*"; São Paulo, palestra proferida no Encontro dos CEMs (Centros de Estudos Migratórios), de 1 a 8 de julho de 1984.

No Centro-Oeste prevalece a migração inter-regional, pois essa Região caracteriza-se como área que "libera" grande número de pessoas, embora já tenha sido iiborsvedora. Isso porque ela passou de fronteira agrícola em expansão para fronteira agrícola consolidada, exceto Mato Grosso. Há ainda fortes deslocamentos populacionais com destino às capitais e aos municípios vizinhos. É uma Região caracte-cri/.ada como uma espécie de "corredor", ligando o sul ao norte e constituindo rota quase obrigatória, para o desbravamento de novas terras.

O Norte do País, apesar de ser Região de povoamento recente, também apresenta grande número de migrantes saindo para outras regiões, evidenciando que não iipenas fronteiras agrícolas antigas, mas também as fronteiras agrícolas em expansão lio incapazes de fixar o homem à terra. Nesta Região, ao lado da expulsão do homem dn lerra, há uma urbanização recente e precoce que repete todos os vícios das velhas metrópoles brasileiras.

11.10 e 1940: Início de uma Longa Trajetória de Mobilidade

A distribuição da população sobre o território anterior a 1930 refletia características irregulares, onde a vida econômica se concentrava, em certos pontos ou regiões, com base em determinados ciclos econômicos (café, açúcar, cacau, borracha). A illslribuição da população refletia as características destes ciclos que, voltados para o Mlerior, não promoviam a integração econômica, não estimulavam trocas populacionais g, em consequência, a migração era escassa.

Com a crise econômica mundial de 1929, dois tipos de movimentos foram geuulos: uma parcela da população dirigiu-se para as fronteiras internas - ocupando o Inlcrior - e a outra, para as cidades(Martine, 1994:42). Esses dois movimentos perpe- liinriun-se e intensificaram-se. Nesse período (essas medidas perduraram de 1930 a I»>()), o Estado atuou em dois sentidos contraditórios: de um lado, as políticas da nitrí lura de novas fronteiras e da ocupação do interior, no Paraná e no Centro-Oeste, ih iiiiiro, as políticas favorecendo a concentração, com programas sociais dirigidos às I nlihes de maior crescimento com políticas de industrialização que beneficiaram o PIXU Kio-São Paulo, particularmente durante a Segunda Guerra Mundial (figura 1.A).

Figura 1
Rotas migratórias no Brasil

A. DÉCADAS DE 1930 e 1940



Dessa forma, Rio de Janeiro, São Paulo e os Estados da Região Sul predominaram como as principais áreas de imigração, tendo os Estados do Leste e da parte Meridional do Nordeste apresentados emigração significativa. Quanto aos Estados Setentrionais do Nordeste (de Pernambuco para o norte) não se registrou, durante esse período, emigração de monta, tendo, em alguns casos, até mesmo ocorrido imigração.

Segundo Graham & Holanda Filho (1980:2,743), esta situação continuou na década de quarenta, embora tenha passado a prevalecer um ritmo crescente de emigração em todo o Nordeste e em boa parte dos Estados do Leste. O Estado de São Paulo e a cidade do Rio de Janeiro continuaram a absorver número significativo de imigrantes, enquanto o Paraná, refletindo a forte atração exercida pela cultura do café sobre a migração rural-rural, começou a se destacar como zona de fronteira importante para os fluxos migratórios inter-regionais.

Na Amazônia, como relata Benchimol (1999), a ação política do Governo Federal se fez mais atuante, através de novos instrumentos de ação, planejamentos s

incentivos, como: a criação de inúmeras agências e instituições na década dos anos •10', o Banco de Crédito da Borracha (BCB), o Serviço Especial de Saúde Pública (SUSP), Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA), Instituto Agronômico do Norte (IAN), Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP). Foram criados também os Territórios Federais de < iuaporé (hoje Estado de Rondônia), do Rio Branco (atual Estado de Roraima) e do Amapá (Estado do Amapá), em 1943, reiniciando assim, a reorganização política do espaço amazônico, que havia sido interrompida desde 1850, com a criação da Província do Amazonas e retomado em 1904 com o Território Federal do Acre.

Anos da Década de 1950: A Marcha Para o Oeste

Nos anos cinquenta, segundo Graham & Holanda Filho (1980:2, 745,) o maior fluxo migratório já registrado no país, verificam-se dois fluxos principais: o primeiro, do Nordeste para a fronteira agrícola (Região Centro - Oeste e Paraná) e para o eixo industrial Rio de Janeiro - São Paulo; e o segundo, ainda mais acentuado, da Região Sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) em direção ao Paraná e Mato Grosso do Sul. Além desses dois intensos fluxos, foi verificado um fluxo dentro da própria Região Nordeste em direção ao Maranhão, outro da Região Sudeste com destino ao Paraná e no Ma lo Grosso do Sul e, ainda, um fluxo tradicional de Minas Gerais para São Paulo (figura 2.B).

No Sudeste, no início da década, aumenta o êxodo rural para as áreas metropo-llnius da própria Região. Nas regiões Norte e Centro-Oeste, dado o baixo contingente populacional, teve participações pequenas no fluxo total de migrantes rurais brasilelh IN. () êxodo rural da Região Sul, nos anos 50 (boa parte intra-regional), corresponde li num pequena parte dos migrantes rurais do Brasil.

Segundo Camarano; Abramovay (1998:310), na década de 50, a migração era i ni nl. da qual boa parte vinha do Nordeste³. Foi um período de maior migração interffgloiiiiil. A construção da BR Belém-Brasília, a construção da nova Capital Federal, HM grandes migrações para as áreas metropolitanas, as migrações para o trabalho na • "lln-ila de café em São Paulo e no norte do Paraná, além de grandes secas no Nordest brasileiro, estão entre as principais explicações do fenômeno.

Com o objetivo de amparar a população móvel, a solução encontrada pelo (nvrmo foi direcioná-los para uma região com grande vazio demográfico, reforçan-1(1 um processo de integração da Amazônia ao resto do País. Para Benchimol (op. glt.), nlguns projetos criados pelo governo surgem na Amazônia como: Superintendi in In de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), Instituto Nacio

* plll iflftnicncia dos Acordos de Washington de 1942, por ocasião da II Grande Guerra.

I hi i iiiiilivii deve ser vista com cautela, dado que o seu resultado é obtido através da comparação il" i • nir, de 1950 e de 1960. O Censo de 1960 apresentou vários problemas e na sua publicação, feita nu ii punir de 1976, não se encontram todas as informações.

nal de Pesquisas da Amazônia (INPA), Companhia de Eletricidade de Manaus (CEM), Companhia de Eletricidade do Pará (CELPA), Banco do Estado do Amazonas (BEA), Bane» do Estado do Pará (BEP) e outros bancos dos estados e territórios da Região, além do Comando Militar da Amazônia (CMA), que passa a ter papel decisivo na 9 construção dos eixos rodoviários de integração nacional nas décadas seguintes. I

Figura 2
Rotas Migratórias no Brasil

1960: Declínio dos Fluxos



Na década de sessenta, ocorreu a primeira grande inflexão nas tendências! históricas quando as taxas de emigração passaram a apresentar nítido declínio nos Estados do Nordeste e incrementos nos Estados do Leste. Registrou-se, também* ligeiro arrefecimento da migração para São Paulo, declínio um pouco maior do fl que o orientado para o Rio de Janeiro, e redução drástica dos fluxos para o Paraná»

(ioiás e Mato Grosso mantiveram as altas taxas imigratórias do decénio anterior.

Nesse período, apenas o Nordeste apresentou migração rural expressiva (inferior à década anterior). As políticas de incentivos fiscais adotadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE⁴), a redução das secas (período de chuvas no Nordeste) e a redução das oportunidades de trabalho derivadas tanto da erradicação dos cafezais no Sul, como do menor crescimento económico nacional e da inexistência de grandes obras como as da década anterior, contribuem para explicar este momento único de menor nível migratório do Nordeste. A partir de então, como na década anterior, "o migrante rural brasileiro será antes de tudo um nordestino".

O processo de institucionalização de agências e os programas brasileiros na Amazônia continuariam a sua marcha com a modificação e correção dos ramos da política da década anterior, ou com a criação de novos órgãos ou projetos a nível federal e estadual como: transformação da antiga SPVEA na nova Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco de Crédito da Amazônia (Banco da Amazônia) para Banco da Amazônia; criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA⁵); Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (SUDBR) responsável pelos programas de plantação de borracha que iriam ser implementados nas décadas subsequentes nos projetos do Programa da Borracha (PROBOR II e III); criação, instalação ou consolidação das Universidades do Pará, Maranhão, Amazonas, Rondônia, Acre e Amapá e a implantação de comissões estaduais de planejamento e desenvolvimento.

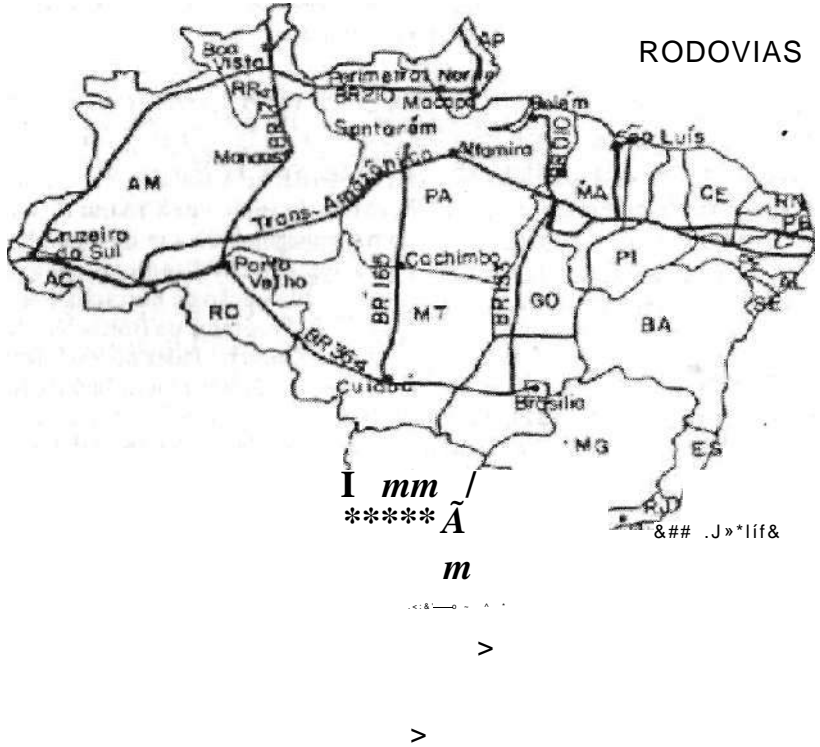
Foi também durante essa década, após a mudança da capital federal para Brasília em 1959, na administração do Presidente Juscelino Kubitschek, que se iniciaram os grandes projetos dos eixos rodoviários de integração da Amazônia com o interior do País. Em consequência, o governo federal passou a dar prioridade para a interligações regionais com a nova capital federal, daí nascendo o eixo rodoviário Belém - Brasília (BR-010), a Cuiabá - Santarém (BR-163) e a Cuiabá - Porto Velho - Rio Branco (BR-364), proporcionando, pela primeira vez, a interligação da Amazônia, por via terrestre, ao litoral, ao planalto central e ao Centro-Sul (figura 3).

Étnica juntamente com a SUDAM no dia 01/05/2001

Com a criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, criou-se um novo pólo industrial que conseguiu a atração de incentivos fiscais, cerca de quinhentas empresas de grande e médio porte, que faturaram no ano de 1967 R\$ 13,2 bilhões.

Figura 3
Vias de Acesso Rodoviário à Amazônia

março, 11-24, 1997.



£5J C «fritei 4@ a.rmsM

Fonte :Kibadro,1598

n Outros ei#siS«» iaa-esfkm!»*

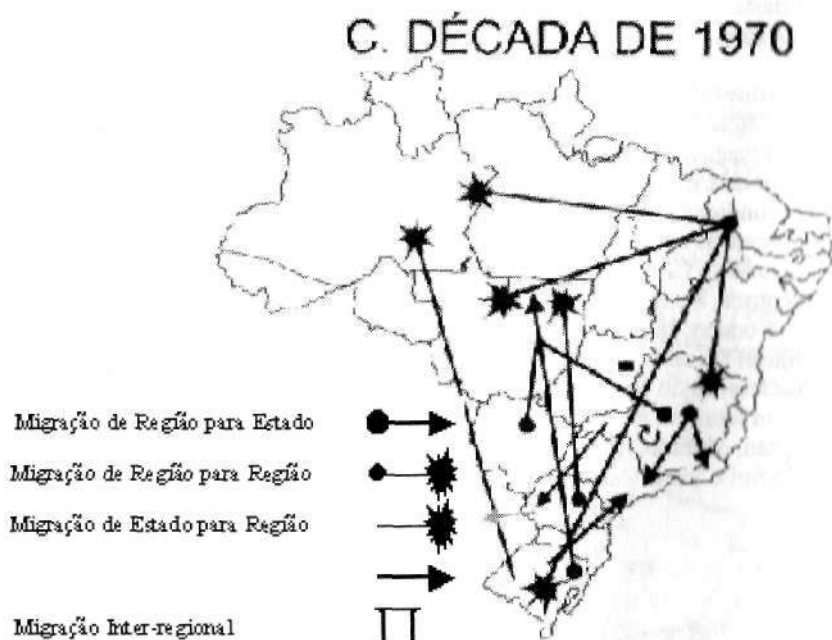
1^o70: As Luzes da Cidade Brilham...

Essa década foi o período em que a maior parte dos migrantes rurais brasileiros foi do Sudeste. Camarano; Abramovay (1998:315) relatam que mais da metade de toda a migração rural nacional ocorreu nessa Região, resultando na grande desruralização do Sudeste.

Martine (1992) atribui esse movimento às mudanças técnicas ocorridas na agricultura da Região (sobretudo São Paulo), bem como a erradicação de cafezais, sua substituição por pastagens e a dissolução das "colônias" de fazendas que contribuíram para o impressionante movimento populacional do Sudeste. O resultado é que, apesar da alta taxa de fecundidade, observou-se uma redução absoluta da população rural regional, contrariamente às outras áreas do País onde a população continuou a crescer.

Segundo o CEM (1988), Paraná, Goiás, Mato Grosso do Sul trocam seu papel de áreas receptoras e passam a expulsar migrantes, destacando-se três fluxos migratórios: primeiro, a ocupação da fronteira agrícola da Região Sul, Centro - Oeste, Sudeste e Mato Grosso; segundo, a migração para o núcleo industrial, além do tradicional fluxo de Minas Gerais e do Nordeste, acrescidos da migração do Paraná, sobretudo para São Paulo; e, em terceiro, a migração de fronteira: fluxo que parte do Paraná e se dirige ao Piauí; são, contudo, migrantes originários da Região Nordeste, de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (figura 4.C).

Figura 4
Rotas migratórias no Brasil



Na Região Centro-Oeste, o fluxo rural/urbano (menor quantitativo em relação à década anterior) é consequência da mecanização (aliás, subsidiada) da produção e da continuidade da dissolução das colônias de fazenda, associadas a um mercado de trabalho urbano em expansão, provocando mais fluxos. Ressalta-se que nem sempre o êxodo rural está associado à transformação na base técnica dos sistemas produtivos na agricultura.

O êxodo rural no Nordeste pode estar influenciado pelos mesmos fatores, mas relaciona-se, antes de tudo, com a expulsão generalizada de "moradores" dos engenhos e com as oportunidades ainda maiores de migrações inter-regionais, voltadas para trabalhos assalariados de baixa qualificação durante a época do milagre econômico.

Quase metade da população rural que residia na Região Sul do Brasil, no início da década, saiu do campo. Neste período, a população rural sofreu uma redução com os subsídios, os incentivos econômicos e o aparato institucional mobilizados para estimular a adoção de técnicas produtivas e culturas altamente poupadoras de mão-de-obra são, certamente, a razão principal do êxodo.

Além disso, numa região em que é importante o peso social da agricultura familiar, as taxas de fecundidade das décadas anteriores foram suficientemente altas para que se reduzam significativamente as possibilidades de criação de novas unidades produtivas na própria Região para aqueles que vão continuar na profissão dos pais. Assim, com a fronteira agrícola da Região Sul já totalmente ocupada, a Região Amazônica começa a representar para muitos agricultores do Paraná e Santa Catarina o que o oeste destes Estados representou anteriormente para seus pais vindos do Rio Grande do Sul.

Para Martine (1994), a migração desse período, além da forte corrente para as regiões metropolitanas do Brasil, teve também um significativo fluxo para a fronteira agrícola da Região Amazônica, estimulada por ações governamentais, visando organizar a ocupação do território via colonização dirigida, com a criação do Programa de Integração Nacional (PIN) pelo Dec. lei nº 1106, de 1970. Os objetivos e os resultados deste programa, lançado em 1970, apesar de ineficaz no assentamento definitivo dos milhares de colonos que se dirigiram para a Amazônia, estimularam a migração de um grande número de pessoas que se estabeleceram na Região, resultando na incorporação definitiva da Amazônia à vida nacional.

O impacto da política do PIN iria continuar na década dos anos 70, quando o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) estabeleceu como objetivo nacional a integração física, social e econômica da Amazônia com o Nordeste. Isto foi iniciado na década anterior, sem muita consolidação, através da construção da Transamazônica (BR-230) da BR-319, ligando Porto Velho a Manaus, e da BR-174 unindo Manaus a Boa Vista, e do programa de colonização e assentamento do INCRA para Rondônia, bem como da política de incentivos fiscais que criou o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), em ação paralela à instituição do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e do Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET) para os investimentos setoriais de reflorestamento, pesca e turismo, na forma do Dec. lei nº 1376, de 1974.

É nessa década que são lançados o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA) pelo Dec. Lei nº 1178 de 1971, Projeto RADAM para proceder ao mapeamento aerofotográfico e inventários dos recursos naturais e minerais da Região, complementado pela nova tecnologia do sensoriamento remoto, além de grandes investimentos no campo das telecomunicações e a construção da rede de aeroportos.

A SUDAM estava concentrando seus recursos e a aplicação de seus incentivos em determinadas áreas amazônicas; depois o Governo Federal mudou a estratégia de desenvolvimento, através do Decreto Lei nº 74.607, de 1974, instituindo o programa conhecido como Programa Especial de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), que criou 15 pólos de desenvolvimento regional (áreas do Xingu-Araguaia, Carajás, Araguaia Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá-Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Juruena, Aripuanã e Marajó). Mais tarde, o governo acrescentou novos programas com a criação do Programa de Poios Agropecuários e Agrominerais do Nordeste do Pará (PRONOPAR) para a recuperação do nordeste paraense; do Programa de Pólos

Agropecuários e Agrominerais do Médio Amazonas (PROMAM), para a Região do médio Amazonas e, na área da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), do Programa de Desenvolvimento do Noroeste da Amazônia (POLONOROESTE), direcionado às populações da Rodovia Cuiabá - Porto Velho, ao longo da BR-364, programa precursor na política de interiorização do desenvolvimento nos anos subsequentes.

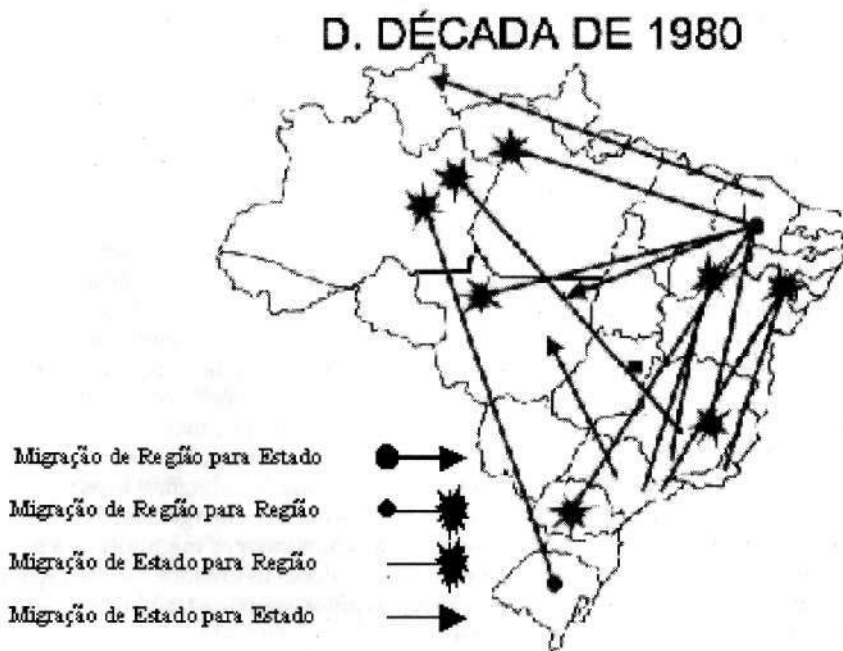
A partir de então, atraídos pelos programas, começam a chegar os chamados "gaúchos", fundamentais na ocupação Transamazônica e que vitalizaram as áreas rurais do Norte do País durante os anos 1970 e 1980, transformando-as em zonas de crescimento da população rural. O saldo migratório líquido regional norte é positivo neste período e a população rural aumenta.

Durante os anos setenta, o Centro-Oeste passa por importante processo de expulsão de população rural, todavia pouco expressivo nacionalmente. A população rural, contrariamente ao que ocorreu na década anterior, já começa a reduzir-se em termos absolutos, acentuando-se durante os anos 80 (a década da desruralização do Centro-Oeste).

1980: As Cidades Médias Atraem

Na década de 80, destacam-se, entre outros fluxos, aqueles em direção às fronteiras agrícolas, principalmente a Região Norte, com o garimpo "oficializado" através das empresas minerais, além da mudança dos Territórios Federais para Igarapé (Roraima, Amapá) e a criação do Estado do Tocantins, com migrantes não só do Nordeste, mas de todas as regiões. Os fluxos contínuos, para a Região Sudeste no Pólo Industrial São Paulo/Rio, não deixam de existir, mas percebe-se um fluxo de retorno desta área à Região Nordeste e a Minas Gerais (figura 5.D).

Figura 5
Rotas Migratórias no Brasil



A crise social prolongada vivida pelo Brasil nos anos oitenta parece ter contestado a lógica que tradicionalmente correlacionava movimentos migratórios e dinâmicas espaciais do mercado de trabalho. A estagnação econômica, difundida por todo o País teria, para muitos, levado a uma redução das migrações inter-regionais e à multiplicação de deslocamentos de curta distância.

Segundo Martine (1995), áreas tradicionalmente associadas à expulsão de migrantes, como Minas Gerais e o Nordeste, passaram a ter movimentos de retorno, enquanto as grandes metrópoles perderam grande parte de sua capacidade de crescimento às custas da migração. O núcleo metropolitano do Rio de Janeiro e São Paulo teve um crescimento demográfico inferior à média do crescimento da população do País. Mesmo com a migração de retorno para o Nordeste, este apresentou um declínio absoluto no número de habitantes.

O padrão que imperou na expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste (e que determinou a importância da Região na oferta nacional de grãos) respon

de, em grande parte, ao nítido esvaziamento demográfico rural nos anos 80. A soja no cerrado (estimulada pela pesquisa agrícola e pelo oferecimento de garantias de preços em que pesados subsídios públicos estavam embutidos) junta-se à tradição pecuária para construir um rural cujas atividades económicas demandam pouca mão-de-obra. Nesse período, metade da população rural do Centro-Oeste toma o caminho da migração. Em termos absolutos essa população era pequena e o impacto, no total nacional de migrações, foi baixo.

Através da migração líquida inter-regional⁶ constatou-se uma redução no êxodo rural, dos anos 70 para os anos 80, além de uma redução na emigração regional. A grande mudança com relação à década anterior é que o êxodo rural adquiriu um caráter predominantemente inter e intra-regional se concentrando mais nas cidades de pequeno e médio porte, deixando de ser uma migração predominantemente da classe baixa para envolver desde a classe média (que se refugia da população e da violência) aos profissionais liberais, aos estudantes até a população idosa que, depois de aposentada retorna a seu lugar de preferência, geralmente mais distante das grandes aglomerações.

Às transformações tecnológicas que trazem impactos significativos em lermos territoriais redirecionam os movimentos populacionais: "hoje o espaço se sobrepõe (simultaneidade valorizando os lugares) e não mais se justapõe" (Souza, I 995). Este dinamismo regional vem delineando uma nova territorialidade, marcada por intensos processos de redistribuição interna da população e de urbanização, com a constituição de pólos inter e intra-regionais e a redefinição dos papéis de algumas áreas.

Para Baeninger (1998), os impactos territoriais emergentes emprestam novas características ao processo de urbanização, aos movimentos migratórios, à reorganização espacial da população e definem novas atribuições às grandes concentrações metropolitanas (processo de desconcentração) e aos pólos regionais (melhoramento, extensão e duplicação das principais rodovias).

Não obstante, as metrópoles permanecem sendo focos de complexas redes de itinerários de migrantes que se conectam com áreas de expulsão e com áreas às quais os migrantes se dirigem após passar por essas grandes aglomerações; ou seja, a desconcentração das atividades produtivas que têm marcado tais centros não eliminou sua função de ponto de passagem - apenas reduziu a retenção dos IUIXNS.

Ao contrário da tese de Martine, mencionado nos parágrafos acima, Póvoa-Neto (1997) assegura que os movimentos migratórios não estariam simplesmente reduzindo as distâncias percorridas, mas, sim, apoiando-se cada vez mais nas redes (que

⁶ Qualquer definição que se adote, os dados que se reportam à totalidade dos deslocamentos ou à totalidade dos migrantes referem-se à *migração bruta*. Para uma área determinada, u si mi a du faiignicao e da emigração internas constitui o *movimento migratório*. A expressão *migração líquida* envolve M- a saldo dos deslocamentos havidos em direções opostas, isto é, à diferença entre a imigração e a emigração internas. Se a imigração interna for maior do que a emigração interna, o ganho líquido da população da área classificarse-á como imigração interna líquida e terá sinal positivo; em caso contrário, **haverá** emigração interna líquida, precedida de sinal negativo. Contudo, tal relação somente acontecerá, se forem incluídos os deslocamentos dos indivíduos que faleceram e se forem incluídos.

contribui para detectar a intensidade dos fluxos migratórios) e diminuindo os períodos de permanências, o que dificultaria a sua detecção pelos recenseamentos.

Políticas de controle dos deslocamentos populacionais se tornam comuns no país, paralelas à intermitência dos fluxos migratórios e à fluidez do mercado de trabalho. As cidades médias do Centro-Sul, a partir dessa década, começam a ter um crescimento demográfico e econômico acima da média nacional e passam a impor aos migrantes regras semelhantes às que os países centrais impõem a imigrantes estrangeiros.

Póvoa-Neto (op. cit.) relata que "ações policiais atuam como assistentes sociais das prefeituras, com entrega de passagens de volta aos indesejáveis, tendo como justificativa a inexistência local de trabalho". Isto exemplifica bem a política de controle sobre os trabalhadores, que em determinados momentos mudam as direções dos fluxos, ora atraindo-os, ora afastando-os e redirecionando-os às novas rotas. Assim, o trabalho sempre está presente para indicar que o migrante pode ser encarado tanto como elemento produtivo, como excedente.

Enfim, modificaram-se as formas e os processos urbanos até então vigentes nas cidades: intensificou-se a velocidade das transformações tecnológicas, as cidades pequenas e de porte médio passaram a constituir uma importante fatia do dinamismo regional; mudaram a direção, a composição e o sentido dos fluxos migratórios nessa década.

A Amazônia Cresce com a Crise dos Anos 80

Segundo Martine (1994), na década de 80, a Região Amazônia apresentou a taxa de crescimento mais elevada do país e, pela primeira vez na história, seu aumento populacional absoluto foi maior que o das Regiões Sul e Centro-Oeste. Também foi a única a apresentar um crescimento significativo na sua área rural devido à migração acelerada em direção à fronteira agrícola, particularmente para os Estados de Rondônia e Pará, motivado tanto pela modernização concentradora nos lugares de origem da migração como pelas promessas e realizações do Estado na região.

A base demográfica menor dessa região faz com que fluxos migratórios relativamente reduzidos resultem numa taxa de crescimento demográfico bastante elevado. Estes fluxos tendiam a crescer ano a ano, apoiados na vontade do governo militar de ocupar a Região.

Para Martine (op. cit.) foi a partir de 1986 que a atração migratória da fronteira agrícola praticamente cessou. Concorreram para isso vários fatores: o fim do POLONOROESTE e de outros subsídios à agricultura na Amazônia; as dificuldades inerentes ao desenvolvimento econômico da Região; a ausência de soluções tecnológicas para a agricultura; as mudanças nas políticas de preço mínimo e de transportes, no intuito de fortalecer os mecanismos de "mercado"; o custo dos subsídios para a industrialização na Zona Franca de Manaus; o protesto nacional e internacional contra as políticas públicas que favoreciam o desmatamento amazônico e outros fatores correlacionados.

Na década de 80, na medida em que a Amazônia ia sendo revelada ao Brasil

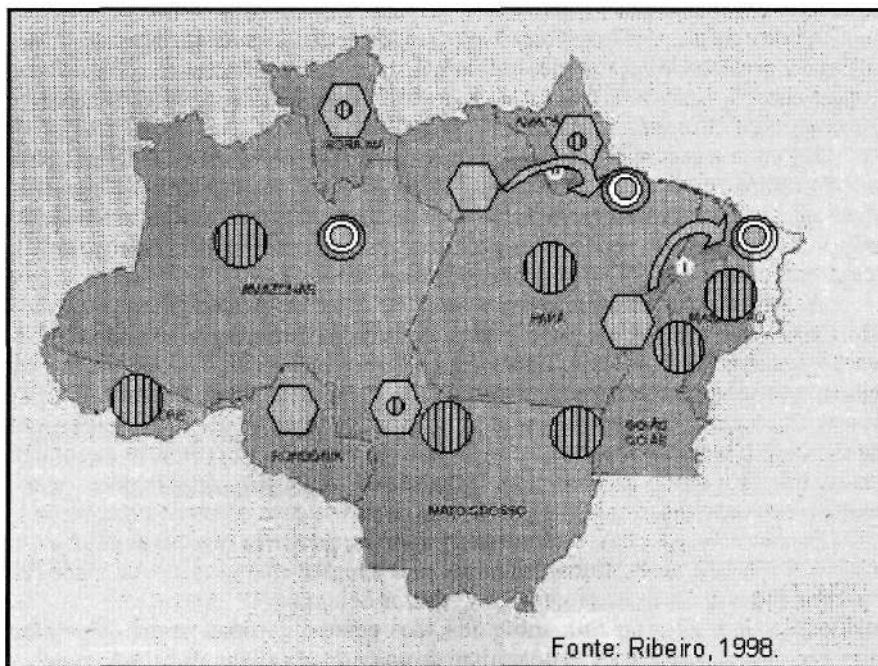
através dos inúmeros inventários e levantamentos de seus recursos naturais, minerais e energéticos, inúmeros projetos foram implantados no setor de mineração e eletricidade: o Projeto Trombetas, pela Companhia Vale do Rio Doce, para exploração da bauxita; o Projeto Grande Carajás, para exploração de minério de ferro, compreendendo o complexo mina - ferrovia - porto; o Projeto Albrás-Alunorte, em Vila do Conde, para produção de alumina e alumínio metálico; o Projeto Tucuruí, no rio Tocantins, para produção de cerca de 4 milhões de quilowatts; e o das hidrelétricas de Balbina, no rio Uatumá, e de Samuel, no rio Jamari (figura 6).

Em todos os Estados da Região, mesmo os marcados por um crescimento rural intenso, o aumento da população urbana foi muito mais rápido que o da população rural, ou seja, as migrações não são mais predominantemente compostas de pessoas com origem e destino rurais, conforme tinha acontecido no Paraná e na Caixa Central do País. Na realidade, a expansão da fronteira amazônica, mesmo durante seu auge, na década de 70 e início da década de 80, teve um forte componente de destino urbano.

Para Martine (op. cit), esta "urbanização da fronteira" amazônica deve-se à combinação de dois fatores: primeiro, o afluxo de migrantes à Amazônia, sendo superior à capacidade de sua absorção pelas atividades agrícolas regionais, criando um excedente migratório que inchou a periferia de todas as grandes e médias cidades da região; segundo, o relativo dinamismo econômico da região, durante um período de crise generalizada, trouxe um amplo contingente de migrantes que se dedicaram ao garimpo, às atividades madeireiras, ao comércio, ao setor de serviços de todas as espécies, ao narcotráfico, assim como a vários tipos de atividades informais e marginais.

O grande crescimento demográfico verificado na Amazônia no longo da década de 80 reflete, sobretudo, uma realidade já ultrapassada. As atividades econômicas mais dinâmicas da região, sejam no setor de mineração, de extração de madeira ou das indústrias da Zona Franca, realizam-se em verdadeiros "enclaves". Assim, a migração para as regiões de fronteira têm favorecido a urbanização acelerada e já não se constitui num contraponto significativo da migração rural-urbana.

Figura 6
II Plano Nacional de Desenvolvimento:
Programa de pólos agropecuários e agrominerais da Amazônia
(POLAMAZÔNIA)



Pólos Agropecuários e Madeireiros

Pólos Agrominerais

Pólos Urbanos

Complexo Mineró-Metalúrgico

Amazônia oriental (I Carajás – Itaqui / II Trombetas – Belém)

Década de 90: Nordestinos Rumo ao Norte

Com a queda da fecundidade e o êxodo rural, continua, nos anos 90, a redução da população nordestina. O êxodo rural brasileiro é um fenômeno nordestino. Na Região Sudeste e Sul, este fenômeno vem declinando em termos absolutos e relativos desde 1960. Na Região Norte, que entre 1970 a 1990 atraiu mão-de-obra, durante os anos 90, assiste também à emigração rural.

A partir dessa década, a construção de hidrelétricas na Amazônia chegou ao fim, por força e pressão do movimento ambientalista mundial e nacional, o F-slado passa a comprar energia elétrica da Venezuela, com a implantação de subestações energéticas na fronteira com Roraima.

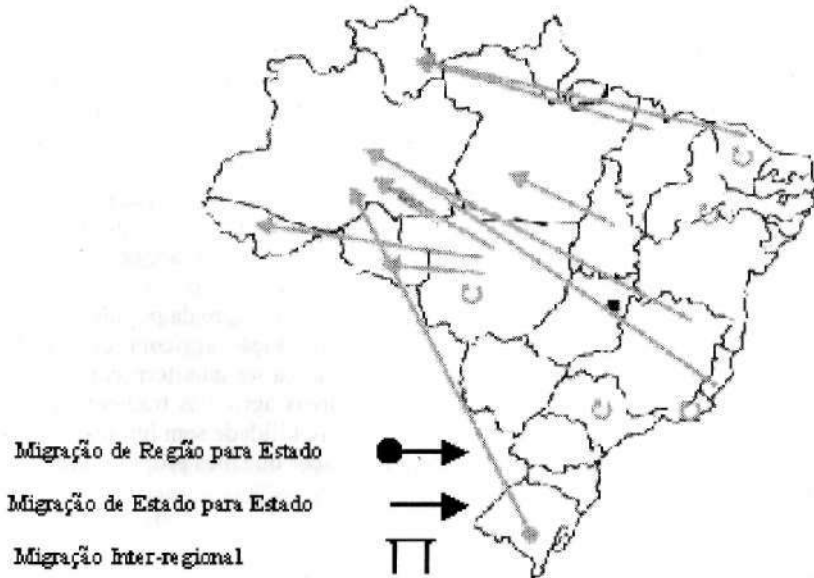
Segundo Benchimol (op. cit.), a maior parte dos projetos, quando lançados e já em operação na Amazônia, têm provocado intensa discussão acadêmica e científica em função dos impactos ecológicos sobre o meio ambiente e do estilo concentrador da renda. Por outro lado, os seus efeitos políticos já se fizeram sentir no balanço do comércio exterior com o aumento da exportação amazônica.

A implantação de projetos de colonização e assentamento agrícolas, fazendas de gado, exploração madeireira, garimpagem, construção de barragens e hidrelétricas, mineração, construção de rodovias e ferrovias, distritos industriais etc. provocam deslocamentos, que se desbordam do Centro-Sul e do Planalto Central em direção à floresta tropical chuvosa da Amazônia, proporcionando a expansão da pecuária na periferia amazônica. No setor agrícola, registrou-se grande aumento na produção de soja, milho e arroz, que está sendo escoada pela Hidrovia do Madeira e, futuramente, pelos rios Tapajós, Araguaia Tocantins, que constituem os novos corredores de exportação.

Paranaenses, gaúchos, catarinenses, paulistas, mineiros, capixabas, goianos, mato-grossenses e, ainda, nordestinos, migraram para a região em busca de qualidade de vida e oportunidades de trabalho (figura 7.E). Muitos deles provêm dos estados mais desenvolvidos do Sudeste e do Sul, sobretudo, dos centros e zonas rurais de populações empobrecidas pela substituição do regime de colonato do café pela grande lavoura mecanizada da soja e do trigo, o que ocasionou o surgimento de uma grande população de trabalhadores volantes e bóias-frias.

Figura 7
Rotas migratórias no Brasil

E. DÉCADA DE 1990



Os hábitos, costumes e estilos de vida moldados na "Amazônia Nordestina" estão passando por um grande processo cultural de adaptação, mudança e transformação com a chegada desses migrantes (Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás). Nesses povoamentos, instalam-se vilas e associações, como os Centros de Tradição Gaúcha, com as suas danças, folclore típico e hábitos, dando um novo colorido ao processo de integração regional, moldando uma nova fronteira na Amazônia.

As consequências desse novo processo de povoamento na Amazônia se por um lado contribuem para a expansão demográfica e da fronteira agrícola, pecuária, mineral e a criação de novos centros de produção industrial, por outro lado dão origem ao surto de muitas tensões sociais, conflitos de terras, disputas de posse, invasões de áreas indígenas, dada à precariedade e desordem da estrutura fundiária amazônica (concentração de terra).

O impacto ecológico da devastação da floresta tornou-se crítico em muitas áreas de expansão e penetração dessa fronteira humana, especialmente nas áreas de transi

ção do cerrado para a mata densa, através da ocupação por grandes fazendas pecuárias, em função dos incentivos fiscais e colaboração financeira proporcionados pela SUDAM, na intensificação dos assentamentos de colonos e trabalhadores sem terra da reforma agrária.

O fluxo para a Amazônia não se processa apenas a nível inter-regional, mas também no sentido intra-estadual, através do êxodo rural para as pequenas vilas, na primeira fase, e para as grandes cidades, na etapa subsequente, dada a força de atração exercida pela cidade de Manaus e Belém.

Tudo isso indica que a Amazônia está sofrendo um grande processo de mudança e transformação, tanto no sentido económico - pela ampliação e surgimento de novas atividades produtivas - como no campo cultural, pela absorção de novos grupos humanos.

Os ganhos sociais associados á migração não devem servir para ignorar a existência de pobreza, ademais cumpre não esquecer que, embora os migrantes lendam a ganhar relativamente nos destinos, suas rendas frequentemente são, em termos absolutos, baixas e seu acesso aos serviços sociais, bastante limitados.

A importância conjunta dos fluxos para a redistribuição da população, a criação de oportunidades económicas e o incremento da produção agrícola, embora tenham incorporado regiões cada vez mais extensas, passaram a ser uma fórmula cada vez menos eficaz para resolver as pressões sociais nas áreas agrícolas tradicionais, ou para aumentar a produção agrícola; contudo, revelam a mobilidade sem **limites** do brasileiro e a perseverança que tem de adaptar-se a novos espaços que lhes proporcionem qualidade de vida.

Referências Bibliográficas

- BAENINGER, R. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Brasília: 15:2: jul /de/, 07-81, 1998.
- BENCHIMOL, S. Amazônia formação social e cultural. Manaus: Valer/ lítl. Universidade do Amazonas, 1999.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos **últimos** cinquenta anos. In: KNCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1997, Curitiba. Anais... Curitiba: IPARDES: FNUAP, 303-327, 1998.
- CEM - CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS. Nordestinos. São Paulo: CEM, 1988. (Cadernos de Migração, 2).
- GRAHAM, D. H. & HOLANDA FILHO, S. B. de. As migrações **inter**-regionais e

urbanas, e o crescimento econômico do Brasil. Trad. José Alexandre Robatto Orrico. In: BNB. Migrações internas. Fortaleza: BNB, 2:733-758, 1980. (Original inglês).

MARTINE, G. A evolução espacial da população brasileira. In: AFONSO & SILVA (orgs.) Desigualdades regionais e desenvolvimento. Federalismo no Brasil. São Paulo, FUND/UNESP, 1995.

_____. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo: ABEP, 11:1jan./jun. :40-60, 1994.

_____. Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações. Brasília: Instituto SPN, 1992.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna. Excertos do Manual VI da ONU. Trad. José Alexandre Robatto Orrico. In: BNB. Migrações internas. Fortaleza: BNB, 1:313-353, 1980. (Tradução de: NACIONES UNIDAS, Manual VI - Métodos de medición de la migración interna).

PÓVOA-NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: novos desafios para a análise. Revista Experimental. São Paulo: FFLCH/USP, 2, março, 11-24, 1997.

RIBEIRO, M. A. C. A complexidade da rede urbana amazônica: três dimensões de análise. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, v.1, 1998. 335p. (Tese, Doutorado em Geografia).

SOUZA, M. A. A perspectiva da geografia sobre migrações internacionais: relendo(sempre) Milton Santos. In: SEMINÁRIO CONTEXTO GERAL DAS MIGRAÇÕES, INTERNACIONAIS, 1995, Campinas. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Economia Social Urbana e Regional, Núcleo de Estudos de População.

• • "t